

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ESTER BERTINOTTI DE OLIVEIRA

FELICIDADE, ECONOMIA E RELIGIOSIDADE: UMA ANÁLISE DO BEM-ESTAR
SUBJETIVO

CURITIBA

2024

ESTER BERTINOTTI DE OLIVEIRA

FELICIDADE, ECONOMIA E RELIGIOSIDADE: UMA ANÁLISE DO BEM-ESTAR
SUBJETIVO

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do bacharel em economia, no curso de
Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Adriana Sbicca Fernandes

CURITIBA

2024

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha família, que me proporcionou tantas oportunidades e tanto apoio ao longo da minha vida. Ao meu amado Tiago, que me motiva diariamente a ser a minha melhor versão. À minha professora orientadora, Adriana Sbicca, que é uma inspiração para qualquer aluno. Aos professores e colegas da UFPR, que tornaram a graduação mais leve e enriquecedora. E, finalmente, a Deus, pela vida e pela saúde de todos nós.

RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre felicidade e comportamentos econômicos, com ênfase no papel da religião na promoção do bem-estar. A partir de uma revisão teórica, investiga-se como o bem-estar subjetivo impacta a tomada de decisão e como a religiosidade pode atuar como mediadora nessa relação, influenciando direta e indiretamente a felicidade dos indivíduos. São explorados conceitos como bem-estar subjetivo, capital social e norma social, analisando suas interações com as práticas religiosas. Os resultados indicam que a religião contribui para o aumento do bem-estar individual e coletivo, enquanto a felicidade está associada a comportamentos econômica e socialmente desejáveis, como o altruísmo. Conclui-se que a integração da espiritualidade na sociedade pode fomentar comportamentos positivos e sustentáveis.

Palavras-chave: Economia comportamental. Religião. Espiritualidade. Felicidade. Bem-estar subjetivo. Norma social.

ABSTRACT

This study analyzes the relationship between happiness and economic behaviors, with an emphasis on the role of religion in promoting well-being. Through a theoretical review, it investigates how subjective well-being impacts decision-making and how religiosity can mediate this relationship, directly and indirectly influencing individuals' happiness. Concepts such as subjective well-being, social capital, and social norms are explored, examining their interactions with religious practices. The findings indicate that religion contributes to increasing individual and collective well-being, while happiness is associated with economically and socially desirable behaviors, such as altruism. It is concluded that integrating spirituality into society can foster positive and sustainable behaviors.

Key-words: Behavioral economics. Religion. Spirituality. Happiness. Subjective well-being. Social norms.

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 1 - CURVAS DE INDIFERENÇA	15
GRÁFICO 2 - UTILIDADE MARGINAL DECRESCENTE DA RENDA	16
GRÁFICO 3 - VARIAÇÃO E TENDÊNCIA DA FELICIDADE E DA RENDA	18
GRÁFICO 4 - MÉDIAS REGIONAIS DE SATISFAÇÃO COM A VIDA	25
GRÁFICO 5 - RELAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES DE FELICIDADE E DE SUICÍDIO ..	27
GRÁFICO 6 - RELAÇÃO ENTRE SATISFAÇÃO COM A VIDA E ALTRUÍSMO NO MUNDO	34
GRÁFICO 7 - EFEITO DIRETO E INDIRETO DA RELIGIOSIDADE NA FELICIDADE	40

LISTA DE SIGLAS

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

WHR – World Happiness Report

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ECONOMIA TRADICIONAL E COMPORTAMENTAL	14
3	BEM-ESTAR SUBJETIVO	22
3.1	PERSPECTIVA DA SAÚDE MENTAL	26
4	RELIGIÃO	30
4.1	RELIGIÃO, BEM-ESTAR SUBJETIVO E COMPORTAMENTOS ECONOMICAMENTE RELEVANTES	31
4.2	CRIAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL POR MEIO DA RELIGIÃO	37
4.3	RELIGIÃO COMO NORMA SOCIAL E O PROBLEMA DA INTOLERÂNCIA	38
5	CONCLUSÃO	41
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

A felicidade é um tema central na vida humana e uma forte força motriz para o desenvolvimento social (HE et al. 2014). A busca pela felicidade está presente na experiência humana ao longo da história e tem sido alvo de estudo por parte de diversas disciplinas (RIBEIRO, 2019). A intersecção entre felicidade e economia, especialmente sob a ótica da Economia Comportamental, revela nuances que vão além da abordagem tradicional, que frequentemente se restringe a métricas objetivas de bem-estar. A economia tradicional, muitas vezes, baseia-se na suposição de que os indivíduos são agentes racionais que buscam maximizar sua utilidade. Essa abordagem considera que as pessoas fazem escolhas com base em preferências estáveis e bem definidas, e que o aumento de renda ou consumo leva a um aumento na felicidade. No entanto, essa visão pode ser simplista, pois não leva em conta fatores emocionais, sociais e psicológicos que influenciam a felicidade. A economia comportamental, por outro lado, desafia essas suposições, enfatizando que as decisões humanas são frequentemente influenciadas por fatores subjetivos, como emoções e vieses.

Neste contexto, a religião aparece como uma das variáveis que influenciam a percepção de felicidade e o comportamento dos indivíduos, inclusive economicamente falando. Quando se analisa qual o nível de felicidade de uma pessoa, leva-se em consideração fatores objetivos e subjetivos. Dentro da subjetividade as emoções têm um papel significativo, elas são influenciadas pelas atitudes tomadas por um indivíduo, pelo ambiente em que ele está inserido e pela forma com que ele compreende a vida. Pode-se direcionar o comportamento individual de forma que os agentes tenham aumentos no bem-estar, resultando possivelmente em uma sociedade mais feliz. Atos de caridade, pertencimento a um grupo religioso e espiritualidade, por exemplo, tendem a promover emoções positivas, que elevam o bem-estar. A literatura sobre felicidade aborda as repercussões benéficas decorrentes da forma como os grupos religiosos se formam e de como seus membros interagem entre si e com membros de outros grupos. A religiosidade pode resultar em indivíduos mais felizes (STAVROVA et al, 2013) e criar relações econômicas próprias por meio do capital social (SERAFIM; ANDION, 2010), por exemplo.

Através de uma revisão das perspectivas tradicionais e comportamentais, buscaremos entender como a felicidade é compreendida e quais fatores podem afetar o bem-estar dos indivíduos. Para isso, serão aproveitadas as abordagens de relatórios e índices utilizados por organismos internacionais, como o *World Happiness Report* e o *Gross National Happiness Index*. Eles levam em consideração variáveis subjetivas e incentivam o estudo da felicidade na economia, além de trazer dados sobre diferentes regiões. Por exemplo, o Gross National Happiness Index é um indicador de Felicidade Nacional Bruta. Ele foi criado no Butão e considera características comunitárias, culturais e religiosas, entre tantas outras, para tornar possível uma combinação de desenvolvimento econômico e aspectos sociais subjetivos (RIBEIRO, 2019). É entendido que a espiritualidade e a cultura podem amenizar os atributos negativos da modernidade, essa ótica alternativa é relevante para estudar a sociedade e a economia, pois leva em consideração a subjetividade da vida humana.

O bem-estar subjetivo é uma forma de mensurar a felicidade que está presente nos estudos utilizados neste trabalho, ele é amplamente usado para capturar a avaliação que o indivíduo faz da sua própria vida e de suas emoções. Por meio de questionários, utiliza-se do julgamento que as pessoas fazem da sua própria condição para incorporar sentimentos abstratos de forma quantitativa nas análises. Para melhor compreender a felicidade e o que a influencia, é importante adotar medidas subjetivas e não se ater apenas às teorias tradicionais, que trazem assunções generalizadas que nem sempre estarão de acordo com a realidade, especialmente quando se trata de diferentes culturas ao redor do mundo.

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre felicidade e comportamentos econômicos, destacando como a religião desempenha um papel significativo nesse cenário. Objetiva-se ampliar a compreensão sobre a felicidade no contexto econômico e evidenciar como a religiosidade tem sido considerada nos estudos desse tema. O caráter multidimensional da religião está atrelado a fatores subjetivos e culturais, que impactam o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. Espera-se contribuir para uma discussão rica e complexa, que pode ser usada de forma a beneficiar os indivíduos, por meio da sua incorporação em futuras políticas públicas, decisões pessoais e iniciativas de caráter econômico e acadêmico.

Na seção seguinte, esse trabalho faz uma introdução à forma com que a economia tradicional enxerga a escolha dos consumidores e a racionalidade dos indivíduos. A partir disso, faz-se um comparativo com a leitura que a economia comportamental possui acerca da tomada de decisão individual. Uma das conclusões mais relevantes da seção 2 é a de que a felicidade não pode ser vista como consequência direta da renda, como alguns modelos mais simplificados podem sugerir.

Constatando que a utilidade, ou o bem-estar, podem ser mensurados de forma subjetiva, a seção 3 explora o conceito de “bem-estar subjetivo”, que é amplamente utilizado como uma medida de felicidade. O bem-estar subjetivo é contemplado por informações sobre as emoções e sobre a satisfação com a vida experienciados pelas pessoas entrevistadas para a coleta desses dados. É interessante notar que as respostas podem variar de acordo com fatores culturais, institucionais, valores sociais e pessoais, o que permite que as análises sejam mais abrangentes. Com isso, o trabalho aponta para um aspecto da vida das pessoas que pode influenciar seu nível de satisfação percebida – a religião.

A seção 4 introduz a religião e como ela está relacionada a atributos que indicam um maior nível de felicidade para quem os possui. Com isso, argumenta-se que, em indivíduos mais felizes, existem comportamentos benéficos para a sociedade e para a economia que serão incentivados simplesmente por seu estado de bem-estar elevado. Ou seja, de forma indireta, elevar a religiosidade ou a espiritualidade das pessoas pode levá-las a se comportar de forma mais proveitosa. Diretamente, a religião ainda influencia seus membros por meio de doutrinas, que pregam, na maioria dos casos, comportamentos socialmente desejáveis.

A forma com que os religiosos se comportam, no geral, é uma norma social e é vista pelas pessoas como algo a ser incentivado (STAVROVA et al. 2013). Quanto mais pessoas se conformam a um determinado comportamento, ele se fortalece ainda mais na sociedade. Portanto, pode-se enxergar essa relação como um caminho para o incentivo a bons comportamentos. Ao relacionar a religiosidade com níveis mais elevados de felicidade, este trabalho propõe que a espiritualidade pode desempenhar um papel significativo tanto no bem-estar individual quanto no coletivo, promovendo comportamentos que favorecem a coesão social e o desenvolvimento econômico. Porém, é importante notar que existem exceções e há

situações em que o conflito entre diferentes grupos gera uma perda de bem-estar coletivo.

A forte identificação com uma religião pode ser benéfica ao indivíduo, mas pode o levar a desprezar aqueles que não fazem parte do mesmo grupo, essa é uma forma de sanção social que é aplicada a pessoas que desviam do comportamento desejado. Conforme novas denominações religiosas surgem, novas interpretações e condutas são formadas, o que abre margem para mais divisão e segregação entre as pessoas.

2 ECONOMIA TRADICIONAL E COMPORTAMENTAL

A teoria econômica tradicional, ao longo de sua história, busca entender os fenômenos econômicos através de conceitos e teorias desenvolvidas por diversos estudiosos, ela tem como uma de suas subdivisões a microeconomia. A microeconomia estuda como as decisões individuais afetam a produção, o consumo e a alocação de recursos em uma sociedade, fazendo, para tal, uso de conceitos como a “utilidade”, que consiste no nível de satisfação obtido através das decisões tomadas pelo agente.

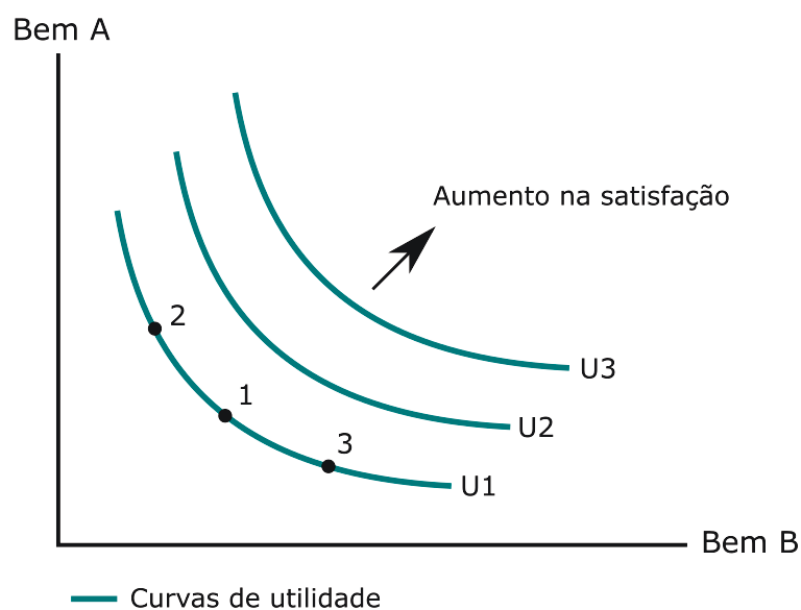
Para entender a utilidade, é necessário entender como se formam as preferências dos consumidores. As preferências servem para que o consumidor possa ordenar diferentes combinações de bens, de acordo com a sua importância. Segundo Frank (2013), as preferências possuem 4 propriedades: (a) elas são completas, os consumidores são capazes de comparar e classificar todas as cestas de bens disponíveis; (b) elas são transitivas, se um consumidor prefere a cesta A à cesta B e a cesta B à cesta C, então ele também prefere a cesta A à cesta C; (c) existe a não-saciedade, os consumidores preferem mais de um bem do que menos, o que implica que eles não se contentam com uma quantidade fixa; e (d) devido à convexidade, se um consumidor prefere duas cestas de bens, ele também prefere uma combinação (ou mistura) dessas cestas em vez de consumir apenas uma delas em sua totalidade, o que reflete a ideia de que os consumidores tendem a preferir variedade em suas escolhas.

Com base nesses conceitos, é possível visualizar as escolhas de consumo graficamente. Em um gráfico onde cada eixo representa a quantidade de um bem — digamos, o bem B no eixo horizontal e o bem A no eixo vertical —, cada ponto no gráfico corresponde a uma combinação específica das quantidades desses bens. Essa combinação confere ao indivíduo um nível de utilidade, determinado por suas preferências, que é dado pela curva de indiferença. Ao longo de uma curva de indiferença estão representadas todas as combinações de A e B que proporcionam ao consumidor o mesmo nível de utilidade. Assim, qualquer ponto na mesma curva indica que o consumidor não tem preferência entre essas combinações, pois todas elas resultam em um nível de satisfação equivalente (FRANK, 2013).

No gráfico abaixo (GRÁFICO 1), o ponto 1 representa uma combinação específica de quantidades dos bens A e B, localizada na curva de indiferença U1. O

ponto 1 está atrelado ao nível de utilidade U_1 , bem como, os pontos 2 e 3 se referem ao mesmo nível de utilidade, já que se encontram ao longo da mesma curva de indiferença. O consumidor é indiferente às combinações 1, 2 ou 3. À medida que as curvas de indiferença se afastam da origem, elas indicam níveis crescentes de utilidade, porque permitem combinações com um maior número de bens. Isso está alinhado com o axioma da não-saciedade, que afirma que quantidades maiores de bens resultam em níveis mais altos de satisfação para o consumidor. Assim, podemos comparar as combinações de bens ao longo de uma mesma curva e entre diferentes curvas, observando aquelas que estão mais próximas ou mais distantes da origem do gráfico. As curvas que se encontram acima da curva U_1 correspondem a níveis de satisfação superiores para qualquer combinação de bens representada nelas.

GRÁFICO 1 - CURVAS DE INDIFERENÇA



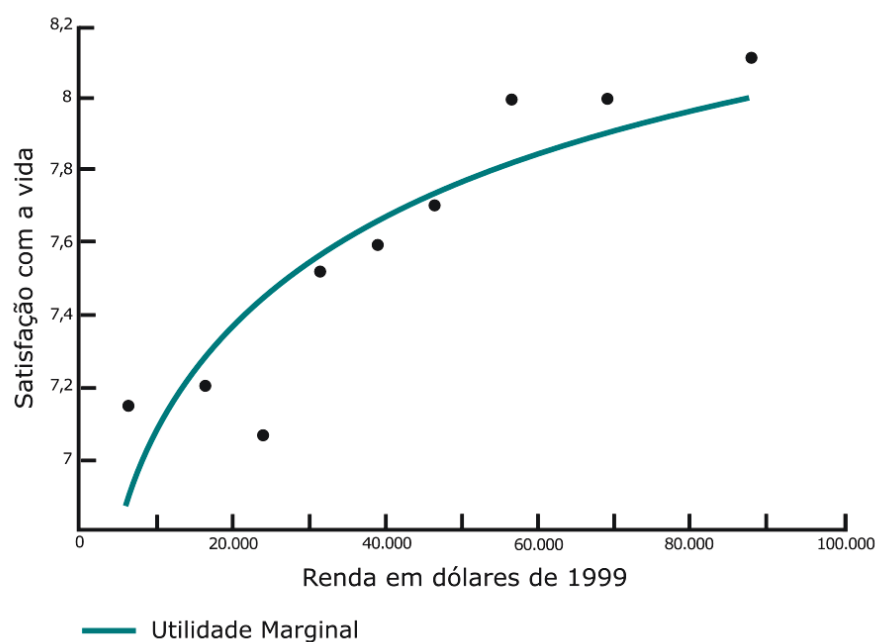
FONTE: Modificado de Frank (2013)

Para o economista Alfred Marshall (2009), a utilidade pode ser vista como a capacidade que o consumo tem em satisfazer os desejos e as necessidades individuais. O poder aquisitivo, portanto, define o nível de utilidade que uma pessoa pode alcançar, vez que o consumo de bens é limitado por uma restrição orçamentária (FRANK, 2013). Maiores níveis de riqueza irão permitir o consumo de uma cesta com maior número de bens, capaz de atender uma gama mais ampla de

desejos. Dessa forma, Marshall (2009) argumenta que a utilidade pode ser medida em termos de riqueza, refletindo como o acesso a recursos financeiros influencia diretamente a satisfação das preferências individuais por meio do consumo. Frank (2013) discute como a não-saciedade implica que os consumidores sempre irão preferir consumir mais de um bem do que menos dele, levando a uma insatisfação contínua.

O desejo por elevados níveis de utilidade revela a busca por um estado de maior bem-estar por parte dos indivíduos, que será alcançado, teoricamente, pelo consumo (DE SOUZA, 2020). Sendo assim, parece que o aumento da renda resulta no aumento da felicidade e a utilidade obtida será maior quanto maior for o consumo, conclusão que está de acordo com os conceitos tradicionais da economia. Para Menger (1988), o consumo de bens gera uma utilidade subjetiva que leva ao aumento do bem-estar pessoal, sendo que a utilidade gerada pelo consumo de cada bem é diferente para cada pessoa que o consome, devido às suas preferências. É verdade que a capacidade de suprir necessidades irá gerar maior utilidade, porém, a Teoria da Utilidade Marginal Decrescente revela que para cada unidade adicional de um bem que é consumida, a utilidade gerada se reduz progressivamente, o que indica a existência de um limite para a satisfação proveniente do mero consumo.

GRÁFICO 2 - UTILIDADE MARGINAL DECRESCENTE DA RENDA



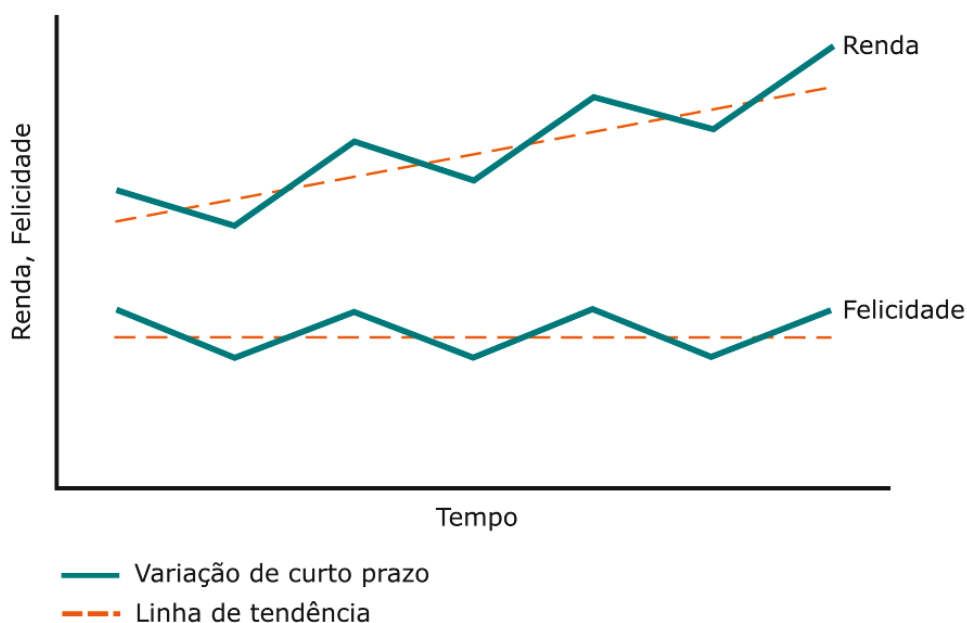
FONTE: Adaptado de Pindyck e Rubinfeld (2006)

A partir de um gráfico contendo a renda em dólares de 1999 no eixo x e a satisfação com a vida no eixo y, é possível observar a utilidade marginal decrescente da renda, como representado no GRÁFICO 2 acima. Os primeiros incrementos na renda levam a grandes aumentos no nível de satisfação com a vida, porém, a partir de certo nível, esse aumento se torna decrescente (PINDYCK; RUBINFELD, 2006).

Entende-se, com isso, que aumentos na renda disponível dos indivíduos podem levar ao aumento do seu bem-estar, já que poderão adquirir bens necessários à sua sobrevivência e bens que irão elevar seu status econômico e seu conforto. No entanto, não se pode assumir que o ser humano seja capaz de atingir a plenitude, no que diz respeito ao seu bem-estar, apenas com o consumo. Isso também pode ser observado no “Paradoxo de Easterlin”, conceito que explora a relação entre a renda e o bem-estar, mostrando que maior riqueza não implica, necessariamente, em maior nível de felicidade no longo prazo (EASTERLIN; O’CONNOR, 2022). O paradoxo sugere que a felicidade varia diretamente com a renda em momentos específicos, mas, ao longo do tempo, a felicidade não acompanha os aumentos de renda. Segundo Easterlin (2022), a correlação positiva entre felicidade e renda se dá no curto prazo, mas, graças a alguns aspectos comportamentais, a tendência de crescimento do bem-estar deixa de acompanhar a riqueza ao longo do tempo. Easterlin, ao estudar a relação da renda de um país com o nível de felicidade da população no longo prazo, percebe que não há uma correlação direta entre ambas variáveis. Nos estudos em que se usam dados históricos grandes o suficiente, a tendência de direção da variável felicidade não acompanha a tendência de crescimento do PIB do país, podendo, inclusive, tomar uma direção oposta (EASTERLIN; O’CONNOR, 2022).

O gráfico (GRÁFICO 3) apresentado por Easterlin e O’connor (2022) foi produzido a partir de dados da Europa e da América Latina, para exemplificar as variações entre felicidade e renda. A relação entre essas duas variáveis parece ser positiva, pois, no curto prazo, quando a renda aumenta, observa-se um incremento no nível de felicidade, indicando uma correlação positiva. Da mesma forma, o contrário ocorre quando há uma diminuição na renda. Contudo, a linha de tendência de longo prazo das variáveis indica um comportamento oposto. Enquanto a renda tende a se elevar no longo prazo, a felicidade tende a se reduzir com o tempo.

GRÁFICO 3 - VARIAÇÃO E TENDÊNCIA DA FELICIDADE E DA RENDA



FONTE: Adaptado de Easterlin e O'connor (2022)

Um dos aspectos comportamentais que podem desviar as tendências da felicidade e da renda ao longo do tempo é a adaptação hedônica. Essa teoria mostra que as pessoas podem se acostumar rapidamente com suas circunstâncias, ajustando suas expectativas de modo que a sensação de satisfação decorrente da renda não se sustente ao longo do tempo. Conforme as famílias obtêm aumentos na renda, elas passam a criar expectativas sobre seu estilo de vida e conquistas futuras, essas expectativas podem se frustrar, levando a reduções no bem-estar (PINDYCK; RUBINFELD, 2006).

Para Easterlin (2022), a comparação tem um papel importante na definição do nível de felicidade quando se trata da renda. A população média é utilizada como referência, indivíduos com rendas elevadas se comparam à média e se percebem em uma situação mais favorável. Por outro lado, aqueles com rendas mais baixas, ao se confrontarem com a média, tendem a se sentir em uma posição menos vantajosa, o que pode resultar em uma diminuição em sua percepção de felicidade. Partindo dessa premissa, pode-se dizer que há uma relação clara entre a felicidade e a renda dos indivíduos, devido a comparação que é feita com seus pares. Porém, conforme a renda do país se eleva no longo prazo, a referência para os mais ricos e para os mais pobres também aumentará, se mantendo constante a relação inicial

entre a renda individual e a dos demais. Ou seja, a utilidade advinda dessa comparação, que é uma das formas com que a riqueza influencia a felicidade, se manterá no mesmo patamar (EASTERLIN; O'CONNOR, 2022). Similarmente, quando uma pessoa ganha na loteria ela tem um aumento substancial na sua felicidade, mas ela não teria esse aumento se todo mundo ganhasse na loteria. O aumento na renda de toda a população anularia o efeito riqueza, já que a referência do indivíduo não mudaria (EASTERLIN; O'CONNOR, 2022).

Em momentos de recessão, contudo, há uma redução na felicidade (acompanhando as reduções na renda) que é explicada pela comparação que o indivíduo faz com seu antigo patamar de riqueza (EASTERLIN; O'CONNOR, 2022). Os autores concluem que, em certa medida, a comparação social toma frente da determinação da utilidade em momentos de crescimento econômico, mas em momentos de recessão, a comparação com a renda individual anterior é mais relevante. Ou seja, para aumentar a satisfação da população de um país, não é suficiente que se alcance maiores níveis de renda, existem outros elementos que devem ser considerados como preditores da felicidade. Buscar apenas o crescimento econômico como política de melhoria do bem-estar pode não alcançar os resultados esperados.

Há fatores comportamentais, observáveis empiricamente, que mostram que a forma com que os agentes se portam não está totalmente de acordo com as suposições da economia tradicional (MULLAINATHAN; THALER, 2000). Modelos neoclássicos que consideram a racionalidade, a força de vontade e o egoísmo dos indivíduos como ilimitados são frequentemente utilizados como forma de simplificação para estudar a tomada de decisão. Aliado a isso, a padronização do comportamento humano por meio da matemática permitiu ampliar a aplicação desses modelos, mas eles estão sujeitos a questionamentos e melhorias vindos de economistas de diferentes linhas teóricas (STEINGRABER; FERNANDEZ, 2013).

Na economia ortodoxa, a racionalidade é vista como algo livre de erros e que guia o comportamento maximizador dos agentes, mas ela não é baseada na realidade, segundo Steingraber e Fernandez (2013). Por outro lado, algumas vertentes heterodoxas adotam o conceito de racionalidade limitada, desenvolvida por Herbert Simon, que é fundamentado na observação do comportamento humano e mostra que as decisões estão sujeitas a falhas. A racionalidade limitada contempla a existência de instituições, de expectativas, de erros, de custos e da posse

imperfeita de informações por parte dos agentes (STEINGRABER; FERNANDEZ, 2013). Simon aponta para a limitação na capacidade cognitiva que é possível notar nas escolhas dos indivíduos, que não se mostram de todo racionais. Isso abre espaço para que o comportamento seja estudado a partir de um novo ponto de vista, deixando de lado a ideia de que os agentes conseguem tomar decisões perfeitamente informadas e atingir seus objetivos sem empecilhos.

A economia comportamental é um ramo da economia que se diferencia da teoria tradicional, pois incorpora elementos da psicologia humana na análise da tomada de decisão. No caso do estudo da felicidade, a abordagem ortodoxa foca predominantemente na capacidade de maximizar a utilidade para avaliar o bem-estar. Os indivíduos são vistos a partir do axioma da não-saciedade, ou seja, assume-se que eles irão consumir cada vez mais, e isso aumentará sua utilidade. A partir disso, surge a simplificação de que aumentos na renda levam a aumentos no bem-estar, porém, como foi apresentado, isso nem sempre é verdade.

Por meio da economia comportamental, considera-se que o bem-estar individual é influenciado também por fatores emocionais e psicológicos. Elevar a renda disponível e consumir mais não são sinônimos de felicidade. Esta corrente de pensamento vai além da visão tradicional de racionalidade econômica, reconhecendo que as decisões dos indivíduos são moldadas por experiências pessoais, convicções, por sua capacidade cognitiva e pelo seu estado mental no momento das escolhas. É importante que os agentes tenham motivações que os levem a buscar melhores estilos de vida, de forma a elevar seu bem-estar.

A felicidade não é vista apenas como um resultado das condições econômicas, ela é também um aspecto da vida que pode moldar o comportamento e as escolhas dos indivíduos, refletindo um ciclo dinâmico entre decisões pessoais e bem-estar emocional (LANE, 2017). Para alcançar níveis elevados de felicidade em uma nação, sua população deve se engajar em alguns comportamentos sociais e individuais que a direcionem a melhores hábitos.

Mas como avaliar o bem-estar de uma população? Como as pessoas podem encontrar formas de elevar esse bem-estar? Primeiramente, deve-se notar que o bem-estar, ou a felicidade, são conceitos complexos que não são facilmente observados. Para que seja possível estudar esse tópico, é utilizado um indicador de “bem-estar subjetivo”, que será considerado neste trabalho como medida de felicidade. Ao entender as associações entre pessoas felizes e seus hábitos, é

possível encontrar padrões que podem promover o bem-estar. Para os formuladores de política pública, é interessante saber quais comportamentos devem ser incentivados (LANE, 2017). Com pessoas felizes e mentalmente saudáveis, são inúmeros os benefícios que podem ser colhidos em uma sociedade e, conseqüentemente, na economia, vez que alguns comportamentos economicamente relevantes possuem correlação com a felicidade (LANE, 2017).

3 BEM-ESTAR SUBJETIVO

Buscando uma alternativa ao conceito de utilidade para medir o nível de felicidade dos indivíduos, de uma forma que exceda a “capacidade de consumir”, pode-se adotar o conceito de bem-estar subjetivo. O bem-estar subjetivo irá avaliar a percepção individual de felicidade e ele se diferencia das medidas objetivas de bem-estar, que se baseiam no nível de renda e são usadas nos ramos mais tradicionais da economia. Através do seu estudo, podemos examinar os aspectos emocionais e psicológicos da vida, identificando elementos da felicidade que não estão necessariamente ligados à riqueza material. O bem-estar subjetivo é composto pelos sentimentos e emoções, positivas e negativas (analisadas separadamente) experienciados pelas pessoas e é composto, também, pela auto avaliação de satisfação com a vida (DIENER et al., 1999).

Todos os eventos na vida de uma pessoa moldam sua experiência e a afetam de diversas maneiras. A medida de bem-estar subjetivo considera que o modo com que as pessoas reagem emocionalmente aos acontecimentos também é relevante. Este é o elemento subjetivo da análise, que é capturado por meio de questionários individuais. O objetivo desta análise é mensurar como as pessoas de um determinado grupo ou região avaliam sua própria vida. Entende-se que há uma relação relevante entre os elementos subjetivos e objetivos e eles irão compor o nível de bem-estar geral. Segundo Lane (2017), o bem-estar subjetivo é uma medida que possui diversos estudos sustentando seu uso, visto que ele está correlacionado a outras variáveis, objetivas e subjetivas, indicadoras de felicidade. Lane (2017) indica artigos que irão corroborar os resultados da felicidade auto-relatada por meio de fatores como atividade cerebral, batimentos cardíacos, estresse, suicídio e uso de antidepressivos. Ou seja, basear-se na forma com que o indivíduo percebe seu próprio bem-estar é válido para estimar o bem-estar real.

Apesar de ter sustentação empírica e ser amplamente utilizado no campo acadêmico, a medida do bem-estar subjetivo pode ser criticada por estar baseada em respostas de questionários. Por conta da racionalidade limitada, as pessoas podem, por vezes, responder erroneamente sobre sua real situação, por não saberem expressar bem seus sentimentos ou até mesmo por não compreenderem com clareza as perguntas. Contudo, dadas as justificativas acima, esse trabalho opta por considerar a medida de bem-estar subjetivo como um bom indicador da

felicidade. Além disso, as referências utilizadas para a elaboração deste trabalho também adotaram o bem-estar subjetivo em suas análises.

O World Happiness Report (WHR) de 2023 – relatório de felicidade mundial –, por exemplo, faz o levantamento do bem-estar subjetivo de milhares de pessoas ao redor do mundo e relaciona esses dados a 6 indicadores sociais e econômicos, que são: o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, corrupção, generosidade, liberdade, expectativa de vida e suporte social do país. Assim, é possível estudar a relação macro dessas variáveis com a satisfação geral da população e os países são, a partir disso, ranqueados por nível de felicidade.

As variáveis acima citadas, são utilizadas pelo WHR para mensurar o bem-estar dos indivíduos em determinadas regiões. O bem-estar, no WHR de 2023, é composto por (a) avaliações de vida, (b) emoções positivas e (c) emoções negativas. O item (a) é calculado utilizando uma média entre dados de 3 anos da base de dados do Gallup World Poll (com 1000 respostas por país, por ano), em que os entrevistados avaliam sua vida em uma escala de 0 a 10, em que 0 é a pior vida possível e 10, a melhor – essa é a medida de bem-estar subjetivo chamada de Escada de Cantril (HELLIWELL et al, 2023). A Escada de Cantril permite que os indivíduos expressem sua percepção subjetiva de felicidade e satisfação com a vida, fornecendo uma medida pessoal de bem-estar.

Os itens (b) e (c) são mensurados através de perguntas sobre 3 sentimentos. Para as emoções positivas as perguntas são sobre riso, diversão e interesses; para as negativas, são sobre preocupação, tristeza e raiva (HELLIWELL et al, 2023). As perguntas são sobre as experiências vividas no dia anterior por parte do entrevistado, elas são mais voláteis do que a avaliação de vida pela Escada de Cantril, pois se baseiam em um momento específico da vida. Mas, segundo o WHR (2023) a análise das emoções experienciadas se mostra muito significativa para estudar as avaliações de vida e o bem-estar como um todo.

As 6 variáveis que foram selecionadas (PIB per capita, corrupção, generosidade, liberdade, expectativa de vida e suporte social do país) são usadas em uma regressão elaborada pelo WHR para explicar os 3 itens (a, b e c acima) que compõem o bem-estar subjetivo. Essas variáveis explicam mais de $\frac{3}{4}$ da variação dos números nacionais da Escada de Cantril da base de dados utilizada, a significância dos resultados cresce conforme mais dados são adicionados (HELLIWELL et al, 2023).

Utilizando esses resultados, o World Happiness Report ranqueia os países de mais para menos felizes por meio de modelos econométricos, combinando esses dados para calcular a classificação de cada um. A metodologia é baseada em análises de regressão, onde cada um desses fatores é ponderado de acordo com sua importância para a felicidade subjetiva. Assim, a felicidade dos países é medida com base em um conjunto de fatores sociais, econômicos e de bem-estar subjetivo, de forma que se pode avaliar o impacto de diferentes variáveis na colocação do país.

A posição dos países da América Latina, segundo os autores, está acima do esperado, pois existem fatores culturais, para além dos indicadores considerados, que estão elevando os níveis de felicidade dessa região (HELLIWELL et al, 2023). Tradicionalmente, espera-se que os países latino-americanos ocupem posições mais baixas nesse ranking, devido a características como instabilidade política e PIB per capita inferior, que podem ser notados quando comparados com países que estão mais bem colocados na escala de felicidade (INDEX MUNDI, 2020). As nações latinas, mesmo carentes das mesmas instituições que os países nórdicos gozam, por exemplo, ainda encontram em si fatores que elevam seus níveis de bem-estar subjetivo e satisfação com a vida. O relatório atribui esse bem-estar elevado a “características únicas da vida familiar e social nos países latino-americanos” (HELLIWELL et al, 2023).

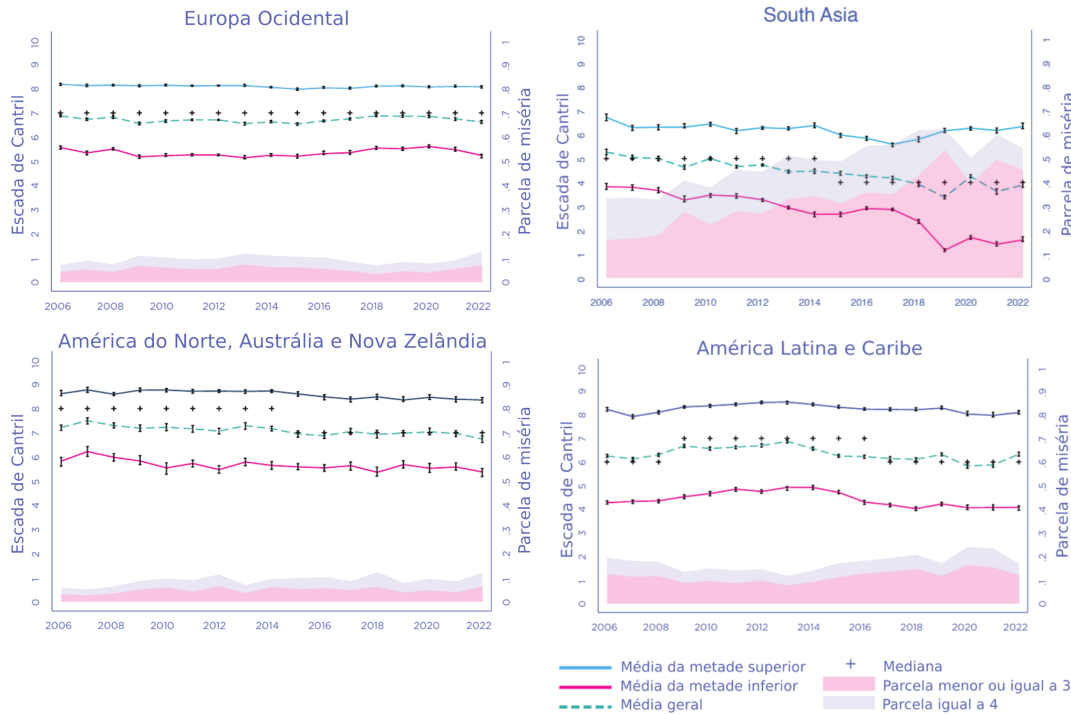
Apesar da cultura ter um papel relevante na determinação do nível de felicidade da nação, o Estado também é um ator importante. O relatório aponta que países com maiores gastos sociais, voltados à promoção da qualidade de vida, são os que estão mais bem posicionados no ranqueamento (HELLIWELL et al, 2023). Uma governança pública que garante acesso a serviços de qualidade, presta assistência social e preza por um ambiente de confiabilidade gera resultados evidentes na satisfação reportada. Porém, em países pobres e instáveis isso nem sempre ocorre, o que não os impede de ter uma população feliz. Isso indica que, apesar da falta de cuidado estatal, as pessoas encontram em si e nas suas comunidades motivos para ter uma avaliação positiva de sua vida.

O WHR (2023) afirma que a moral e a virtude são importantes fatores que afetam o bem-estar dos indivíduos, mas ressalta que é necessário que existam instituições fortes para permitir que comportamentos virtuosos floresçam na sociedade. Variações nos ambientes institucionais de cada país levam a diferentes

resultados no que tange à forma com que sua população se desenvolve (HELLIWELL et al. 2023). O Estado se mostra como um agente que tem a capacidade de promover um ambiente propício para que a população eleve seus níveis de felicidade. A partir da estabilidade institucional, incentivos a melhores estilos de vida podem ser feitos e, aparentemente, têm bons resultados. Mas, na ausência disso, a felicidade é buscada de forma que independe da ação do governo e de indicadores exclusivamente econômicos, por meio de instituições que estão ligadas às pessoas de forma mais pessoal. Cria-se, desta forma, um contexto favorável a instituições que podem levar as pessoas a experienciar sentimentos positivos com maior frequência e enxergar a vida com “bons olhos”.

No gráfico 4 abaixo, podem ser vistas as médias de “satisfação com a vida”, no eixo vertical esquerdo, ao longo do tempo. Por meio das linhas de média da metade superior, média da metade inferior e da média geral entre as duas, é possível analisar como a população de cada uma das regiões classifica sua vida e fazer comparações entre elas. No eixo vertical direito está a parcela da miséria no país, ilustrado pela área preenchida sobreposta na parte inferior do gráfico, conforme os dados do WHR (2023)

GRÁFICO 4 - MÉDIAS REGIONAIS DE SATISFAÇÃO COM A VIDA



FONTE: Modificado de Helliwell et al. (2023)

A imagem (GRÁFICO 4) revela os resultados obtidos pelo WHR (2023) para a Escada de Cantril. É interessante notar que os países da América do Norte, Nova Zelândia, Austrália e Europa Ocidental possuem uma média de satisfação com a vida próxima de 7. Enquanto isso, os países da América Latina e do Caribe, oscilam entre 6 e 7. Existe uma disparidade de renda entre os primeiros países citados e os últimos (INDEX MUNDI, 2020), que reflete não apenas a diferença no nível de desenvolvimento econômico, mas também no emprego, infraestrutura, educação e acesso a serviços básicos. Mesmo com a grande diferença na renda média, os países da América Latina e Caribe não ficam muito atrás no nível de felicidade, de acordo com essa análise.

3.1 PERSPECTIVA DA SAÚDE MENTAL

Países com diferentes conjunturas têm diferentes resultados no bem-estar de sua população, podendo haver fatores que aparentemente equilibram a ausência de outros. Uma medida importante de bem-estar é a taxa de suicídio da população de um país, pois vai além do que é reportado superficialmente em entrevistas. O suicídio poderá revelar que existem problemas de caráter psicológico afetando parte da população, componentes econômicos que causem uma onda de desespero, ou até mesmo aspectos culturais que afetam a forma com que os indivíduos tratam a vida e a morte. A cultura tem um papel importante na forma com que as pessoas lidam com tendências suicidas, pois diferentes regiões possuem diferentes visões sobre saúde mental e prevenção (MASON et al. 2024).

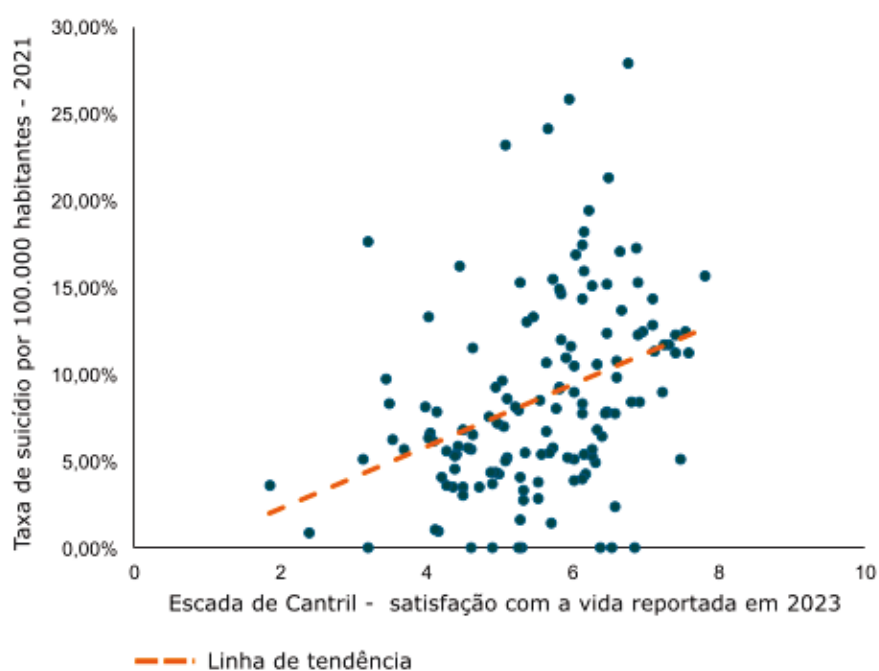
A partir dos dados de taxa de suicídio a cada 100 mil pessoas (contemplando homens e mulheres) em 2021, da World Population Review (2024), em conjunto com o ranqueamento de países por felicidade, do WHR (2023), pode-se observar algumas relações interessantes. O gráfico de dispersão (GRÁFICO 5) nos revela que existe uma tendência de elevação na taxa de suicídio conforme os números da escada de Cantril sobem. Ser mais feliz não leva as pessoas a terem mais pensamentos suicidas, esse aumento no suicídio apenas nos indica que há algo além das variáveis consideradas pelo WHR na mensuração da felicidade que compõe o bem-estar das pessoas e não está sendo contemplado.

Não é o objetivo deste trabalho investigar o que incita comportamentos suicidas, mas sim entender o que pode ser útil para elevar o bem-estar dos

indivíduos e os evitar. Uma das variáveis que se mostrou eficaz no combate aos pensamentos suicidas e nas tentativas de acabar com a própria vida é a religiosidade. Por exemplo, o ato de frequentar semanalmente algum culto religioso reduz a mortalidade e as tendências suicidas (MASON et al. 2024). Por conta do caráter multidimensional da religião, ela possui alguns atributos que ajudam no combate ao suicídio, como o suporte social da comunidade, o senso de pertencimento, mecanismos de enfrentamento, as próprias objeções morais que ela faz ao suicídio, entre outros (MASON et al. 2024). Por meio dessas ferramentas, ela é capaz de contribuir para a saúde mental daqueles que seguem seus preceitos. Porém, quando não há uma boa relação com a religião, como em situações de elevada frustração, ela pode deixar de contribuir positivamente para a saúde mental, segundo Mason et al. (2024), portanto deve-se atentar para tais situações.

Os freios morais para o suicídio se mostram eficazes e não estão muito presentes em indivíduos não-afiliados a nenhuma religião, o que pode ser problemático (MASON et al. 2024). Enquanto isso, as religiões abraâmicas, por exemplo, condenam o suicídio e o desincentivam em suas doutrinas basilares (STORNILO; BALANCIN, 1989).

GRÁFICO 5 - RELAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES DE FELICIDADE E DE SUICÍDIO



FONTE: O autor (2024).

Muitos outros fatores estão relacionados aos distúrbios mentais que levam a fatalidades auto infligidas, por isso se busca disseminar as formas de enfrentamento que se provaram úteis nesses casos. Existem fatores que irão influenciar a felicidade que são individuais, outros que são resultados de uma vida ativa em comunidade, outros que resultam do poder aquisitivo, e assim por diante. O WHR de 2023 levanta o argumento de que se deve focar na prevenção, no que tange à saúde mental dos indivíduos, priorizar e ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade social e desenvolver a moral e a virtude da população para melhorar o bem-estar geral. Essas medidas podem ajudar, em última análise, a prevenir casos de depressão e contribuir para uma sociedade mais empática e disposta a se ajudar.

De acordo com a Fundação Albert Einstein (2023), a serotonina é um neurotransmissor que regula sentimentos relacionados à satisfação e ao bem-estar, além de promover o bom funcionamento das funções cognitivas. Estudos indicam que a serotonina está associada à susceptibilidade de se desenvolver distúrbios depressivos e tendências suicidas, além de estar presente no tratamento da depressão (YOUNG, 2007). Com isso, o autor sugere que sejam utilizados métodos preventivos baseados na regulação da serotonina, em detrimento do uso de medicamentos em casos em que eles não são estritamente necessários.

Young (2007) aponta para o fato de que a felicidade e o bem-estar são reconhecidos como formas de evitar patologias mentais e físicas, enquanto emoções negativas, hostilidade, ausência de suporte social e isolamento social fazem o contrário. A ausência de suporte social está associada a uma série de problemas e ao aumento da morbidade e mortalidade para diversas doenças. Em estudos acerca da mortalidade em doenças cardiovasculares, a hostilidade (um traço de personalidade caracterizado por irritação constante, agressividade ou desconfiança em relação aos outros) se mostrou responsável por aumentar o risco de se desenvolver tais doenças, bem como a probabilidade de morte dos pacientes (YOUNG, 2007). O bem-estar físico, mental e social é muito relevante quando se trata de qualidade de vida e longevidade, se mostrando essencial na prevenção de problemas físicos e mentais, incluindo depressão e suicídio (YOUNG, 2007).

A serotonina, diferente da dopamina, está ligada a, pelo menos, 14 receptores no cérebro, causando uma sensação de completude e felicidade muito mais duradoura e significativa (BUSINESS INSIDER, 2018). Enquanto a dopamina advém de prazeres momentâneos e que podem resultar em comportamentos

viciosos, a serotonina está associada a fatores que são fisiologicamente positivos (YOUNG, 2007) como dieta, exercício físico, exposição à luz solar e também a experiências compartilhadas com amigos, família, parceiros românticos e comunidades (BUSINESS INSIDER, 2018). Com o objetivo de promover o bem-estar, é interessante incentivar comportamentos que levem os indivíduos a experienciar maiores níveis de serotonina, conforme foi apresentado nessa seção.

Como uma forma de disseminar princípios que irão direcionar a população a condutas sustentáveis e a um estilo de vida saudável, promovendo os comportamentos acima citados, esta monografia sustenta a religião como uma opção. Seu caráter comunitário pode ser útil, uma vez que a participação social se mostra relevante para elevar o bem-estar e promover saúde mental, e suas doutrinas podem ser uma forma de direcionar atividades individuais para àquelas que geram serotonina.

4 RELIGIÃO

Fazendo o uso de estudos e artigos de fontes secundárias, essa monografia sugere que a religião influencia positivamente a felicidade e o bem-estar das pessoas. Práticas religiosas podem oferecer uma sensação de propósito, pertencimento e consolo diante das dificuldades, além de buscarem promover comportamentos altruístas e uma vida ética (FORNASARI; PIO X, 2024). Isso pode contribuir para o fortalecimento dos laços sociais e o apoio emocional entre os membros de uma comunidade, fatores que são conhecidos por aumentar o senso de satisfação e felicidade. A religião exerce uma influência positiva em comportamentos que são economicamente relevantes, além de gerar movimentos econômicos dentro de suas comunidades.

Dentre as religiões mais praticadas e conhecidas do mundo estão o cristianismo, o islamismo, o hinduísmo, o budismo e o judaísmo. O cristianismo é a religião com maior número de fieis, somando por volta de 2,4 bilhões de praticantes, com sua maioria nos Estados Unidos, seguido pelo Brasil e pelo México (VISUAL CAPITALIST, 2020). Dada a relevância do cristianismo para a sociedade ocidental, esse trabalho irá usar como referência alguns textos da doutrina cristã. Os ensinamentos cristãos provém do judaísmo e são apropriados também pelo islamismo, o que contempla boa parte dos religiosos das Américas, da Europa, da África, Ásia e Oceania (VISUAL CAPITALIST, 2020).

Religiões são conjuntos de crenças e práticas espirituais que buscam compreender o significado da vida, a origem e a natureza do sofrimento, além de oferecer uma visão sobre o destino final da vida. Para além das doutrinas centrais, elas costumam fornecer diretrizes morais e éticas que influenciam a maneira como os indivíduos se comportam e interagem em sociedade. Em muitos casos, as religiões promovem um senso de união e pertencimento, oferecendo apoio durante períodos de adversidades, ajudando as pessoas a enfrentar seus desafios pessoais. No Catecismo de São Pio X (2024), o Papa define a virtude moral como "o hábito de fazer o bem, conquistado com a repetição de boas ações". Com base nesse princípio, podemos observar que muitas religiões buscam promover o bem-estar, a caridade e a solidariedade, gerando efeitos positivos tanto para os indivíduos quanto para a sociedade e a economia em geral. A prática do altruísmo, por exemplo, é um

dos pilares do comportamento religioso, incentivando os fieis a adotar atitudes caridosas e a fortalecer os laços comunitários.

Para além de sua doutrina, as religiões muitas vezes organizam campanhas solidárias para envolver os membros nos preceitos que pregam, criando espaços para a inclusão social e a promoção do bem coletivo. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, desde 1964, tem promovido campanhas de fraternidade e evangelização, reforçando a importância de ações sociais e espirituais em favor da comunidade (CNBB, 2023).

4.1 RELIGIÃO, BEM-ESTAR SUBJETIVO E COMPORTAMENTOS ECONOMICAMENTE RELEVANTES

Muitos estudos conectam a religiosidade e as práticas religiosas a maiores níveis de felicidade e de satisfação com a vida (STAVROVA et al, 2013). Os autores explicam que pessoas religiosas têm mecanismos para lidar com problemas e desenvolvem hábitos que promovem o bem-estar, como a prática da reza e da meditação, por exemplo. Isso os difere dos indivíduos seculares, que não estão tão expostos aos benefícios colhidos através da religião. Os não-religiosos, por sua vez, podem se beneficiar da religião por meio das externalidades positivas que são geradas na dinâmica das sociedades religiosas.

Por meio da oração, da presença nas igrejas, da formação de comunidades e do estilo de vida saudável, a religião proporciona aos seus membros uma rede de suporte social. Algumas dessas práticas se tornam úteis para lidar com momentos de crise, tanto internas como externas, e ajudam a elevar o bem-estar físico e mental (STAVROVA et al, 2013). Por meio desta instituição, cria-se um ambiente propício para que a virtude e a moral sejam cultivadas, resultando em comunidades com maior bem-estar, conforme a recomendação do WHR (2023).

O Catecismo, que remonta ao século primeiro de nossa era, é um conjunto de ensinamentos acerca da fé cristã que é utilizado como base para a doutrina da Igreja Católica. Nele, o convívio em comunidade e o altruísmo são vistos como “o caminho da vida” (STORNILO; BALANCIN, 1989). É indicado que as pessoas se cerquem de outras igualmente comprometidas com suas crenças, o que enfatiza a importância de viver a fé de maneira comunitária e solidária, em detrimento de uma vida isolada. No contexto da criação, Deus diz que “não é bom que o homem esteja

só" (Bíblia Sagrada *Online*. Gênesis, cap 2, vers 18), estabelecendo a base para a vida em comunidade. Portanto, é importante que haja harmonia entre as pessoas para que se cumpra a vontade divina, conforme o mandamento: "Não procurem vingança nem guardem rancor contra alguém do seu povo, mas ame cada um o seu próximo como a si mesmo. [...]" (Bíblia Sagrada *Online*. Levítico, cap 19, vers 18).

Nas religiões que se baseiam nos textos bíblicos, são incentivados atos de fraternidade e partilha e repudiados os atos de maldade e de desprezo aos necessitados, o que tende a gerar comunidades voltadas à caridade (STORNILO; BALANCIN, 1989). As Sagradas Escrituras também deixam clara a associação dos atos de bondade ao caminho correto a ser seguido, no livro dos Salmos é dito "Pois o Senhor aprova o caminho dos justos, mas o caminho dos ímpios leva à destruição." (Bíblia Sagrada *Online*. Salmos, cap 1, vers 6).

Existem benefícios econômicos que resultam de comunidades mais felizes, caridosas e que possuem fortes instituições. No artigo de Lane (2017), o autor expõe as relações entre alguns comportamentos econômicos e a felicidade, de forma que possibilita entender o efeito que questões subjetivas podem ter em decisões econômicas. Por exemplo, há uma relação negativa entre o bem-estar subjetivo e o egoísmo. No texto de Lane (2017), o autor apresenta um estudo realizado por Aknin et al. em 2013, os pesquisadores utilizaram dados do Gallup World Poll referentes a 139 países. A pesquisa perguntava aos participantes se eles haviam doado para caridade no mês anterior. O estudo descobriu que aqueles que responderam que haviam feito doações tendiam a relatar níveis mais elevados de bem-estar subjetivo, o que indica que a ação de doar está associada a um maior bem-estar pessoal (LANE, 2017).

Esse resultado foi significativo tanto para a amostra global quanto para a maioria dos países individuais (71 países), o que implica que a relação entre doações e bem-estar se mantinha consistente em diferentes contextos culturais e econômicos. Além disso, o estudo destacou que o impacto de doar para a caridade foi grande, ou seja, a doação teve um efeito muito forte no bem-estar subjetivo, equivalente ao dobro da renda familiar. Isso pode indicar que o impacto de doar para a caridade na felicidade das pessoas é comparável a uma grande melhoria financeira, como duplicar a sua renda. Esse efeito foi semelhante em regiões ricas e pobres, o que sugere que, independentemente do nível de renda, o ato de doar tem um impacto significativo no bem-estar. Esse estudo é uma evidência importante de

que a generosidade e o altruísmo não só têm benefícios para os outros, mas também podem melhorar a felicidade e a qualidade de vida de quem doa.

Foram realizados estudos em laboratório para analisar comportamentos egoístas dos participantes em alguns jogos, resultando por vezes em uma relação clara entre sentimentos positivos e caridade, mas com algumas exceções. Uma exceção se revelou no jogo do ditador, que é um experimento usado para estudar o comportamento de distribuição de recursos, onde um participante, chamado "ditador", tem total controle sobre quanto de uma quantia de dinheiro ele deseja dar a outro participante, o "recebedor", sem que este tenha qualquer poder de influência sobre a decisão. O jogo é projetado para observar o quanto as pessoas são generosas e egoístas quando não há pressões externas, como recompensas ou punições. Lane (2017) aponta que os condutores do experimento induziram os participantes a sentimentos positivos antes de participarem do jogo, mas isso não os impediu de agir de forma egoísta.

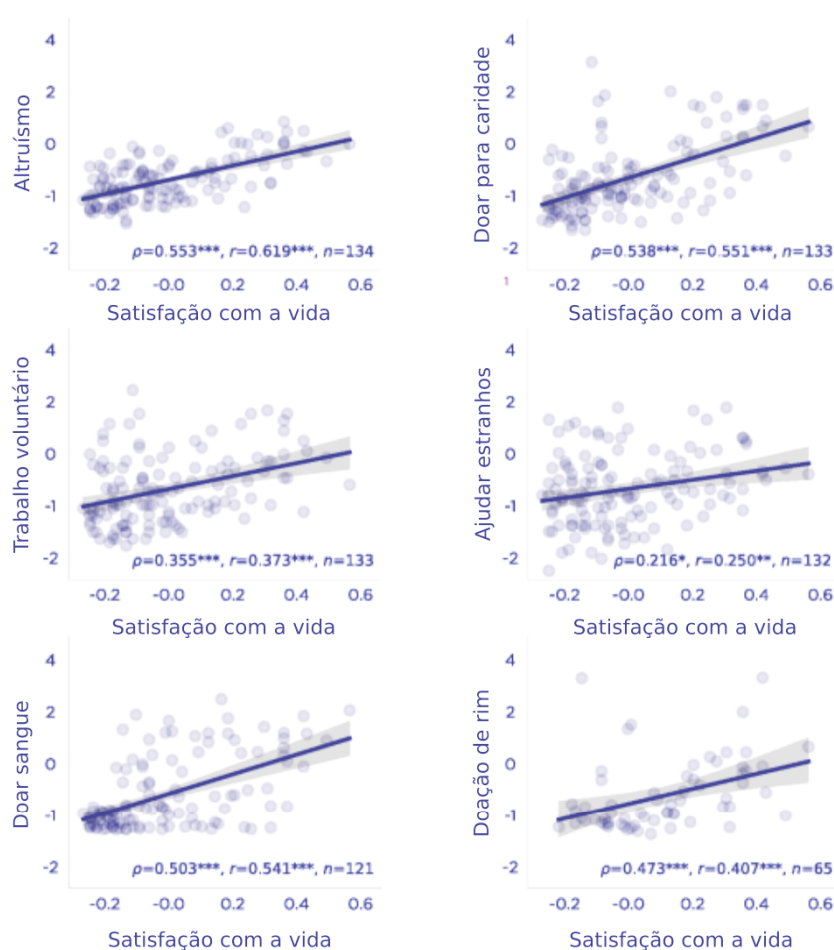
Porém, Lane (2017) apresenta o argumento de que a felicidade de curto prazo (induzida apenas para o jogo) não influencia o comportamento dos participantes da mesma forma que a felicidade de longo prazo faria. Essa questão é explorada por Konow e Earley (2008) que usaram um jogo do ditador para investigar como o bem-estar subjetivo, tanto imediato quanto de longo prazo, influencia a generosidade. Eles descobriram que o bem-estar de longo prazo está positivamente relacionado à generosidade dos participantes, mas o bem-estar de curto prazo (o estado emocional momentâneo) não tem esse efeito. Isso sugere que a felicidade momentânea não é determinante para comportamentos generosos. Por outro lado, o bem-estar de longo prazo parece ser chave para promover generosidade. Contudo, o estudo não pôde verificar se o comportamento generoso poderia, por sua vez, aumentar o bem-estar (LANE, 2017).

Ou seja, em algumas situações, induzir emoções positivas no curto prazo pode não gerar os mesmos resultados que se têm em interações com pessoas que possuem bem-estar de longo prazo. Pode-se entender, a partir destes estudos, que indivíduos que estão em um estado de bem-estar frequente e em contato com sentimentos positivos, poderão experienciar maiores níveis de generosidade.

A relação entre o bem-estar subjetivo e atos altruístas também é explorada no World Happiness Report (2023). A satisfação com a vida, que é um componente do índice de bem-estar, está positivamente relacionada a diversos atos de

generosidade, conforme o gráfico abaixo mostra. O WHR (2023) mostra um estudo feito a partir de dados da Gallup World Poll, entre 2006 e 2017, de aproximadamente 1,4 milhão de pessoas em 161 países. Os participantes relataram sua satisfação com a vida e as emoções positivas e negativas, como de costume na mensuração do bem-estar subjetivo, e, além disso, informaram se haviam se envolvido em três formas de altruísmo no mês anterior: doar dinheiro, fazer trabalho voluntário ou ajudar estranhos. O resultado indica que a satisfação com a vida e boas emoções estão positivamente correlacionadas com o altruísmo (HELLIWELL, 2023).

GRÁFICO 6 - RELAÇÃO ENTRE SATISFAÇÃO COM A VIDA E ALTRUÍSMO NO MUNDO



FONTE: Adaptado de Helliwell et al. (2023)

Para além da doutrina que incentiva a caridade, a religião pode gerar mais atos altruístas, simplesmente por auxiliar no aumento do bem-estar de seus membros.

Lane (2017) traz relações entre felicidade, confiança e preferências temporais com resultados semelhantes aos apresentados no estudo sobre egoísmo. A preferência temporal é um conceito econômico e psicológico, que revela a tendência que as pessoas têm em dar mais valor às recompensas imediatas do que as que são adiadas. O artigo de Lane (2017) mostra estudos em que os pesquisadores induziram um estado de humor positivo em alguns participantes e, em outros, um humor neutro. Depois, pediram que escolhessem entre recompensas menores e imediatas ou maiores e futuras, aqueles com humor positivo estavam mais dispostos a esperar pelas recompensas maiores e mais distantes no tempo (LANE, 2017). Entende-se que a felicidade está relacionada a uma menor impulsividade, ou seja, maior paciência com retornos financeiros, capacidade de adiar gratificação e de tomar decisões mais racionais e planejadas. Há, nesses casos, um imediatismo reduzido, que é um valor cultivado pela religião em suas diversas vertentes, por exemplo, ao considerar a avareza como pecado capital (FORNASARI; PIO X, 2024).

A confiança, ou seja, a crença na credibilidade, sinceridade ou habilidade de algo ou alguém, está positivamente relacionada ao bem-estar subjetivo de longo prazo, segundo Lane (2017). O autor também aponta o estudo de Hudson (2006), que encontrou correlações positivas entre o bem-estar subjetivo e confiança em instituições como o governo, a polícia, a lei, bancos, grandes empresas e a ONU. O WHR (2023) mostra a relevância das instituições para possibilitar o aumento do bem-estar e, conseqüentemente, quão importante é a confiança da população em tais instituições.

Além disso, também é possível observar diferenças na forma com que as pessoas felizes interpretam os acontecimentos em suas vidas, notadamente quando se trata de perdas ou ganhos financeiros. He et al. (2014) apresentam três teorias a serem testadas em seu estudo, sendo elas a teoria do foco regulatório, a de definição de pontos de referência e a de regras de edição. Os testes para essas teorias foram baseados em respostas de 567 alunos em uma universidade na China, que responderam perguntas sobre seu bem-estar subjetivo e perguntas a respeito das 3 teorias em questão.

A teoria do foco regulatório sugere que as pessoas respondem às situações se baseando em duas orientações: foco de promoção e foco de prevenção. A primeira está associada a uma mentalidade de desenvolvimento pessoal, na qual o

indivíduo está motivado a buscar novas oportunidades e sucesso. Enquanto isso, o foco de prevenção está associado à aversão ao risco, o indivíduo busca minimizar perdas e conservar o que já conquistou; ele se preocupa mais em evitar falhas do que em buscar ganhos. Os questionários revelaram que, de fato, pessoas que são mais felizes tendem a se orientar por meio do foco de promoção, prestando mais atenção nos ganhos do que nas perdas (HE et al. 2014).

Na teoria de definição de pontos de referência, os indivíduos terão pontos de referência com os quais eles irão se comparar em diferentes situações da vida, de forma a orientar a sua reação. No estudo de He et al. (2014), os indivíduos mais felizes tendiam a adotar pontos de referência mais baixos do que sua situação atual. Isso significa que, ao avaliar sua vida, essas pessoas se comparam com padrões ou expectativas que estão abaixo do que elas possuem, o que facilita uma percepção mais positiva de diferentes eventos. As pessoas podem, por exemplo, comparar sua atual situação financeira com uma situação anterior que era menos favorável, assim, ao se deparar com uma dificuldade com o dinheiro, estarão menos propensas a se decepcionar.

Por último, as regras de edição, que são formas de interpretar situações para facilitar a tomada de decisão. No caso do estudo em questão, estava sendo analisado como os participantes computam ganhos monetários seguidos de perdas e vice-versa. Segundo os autores, indivíduos com maiores níveis de felicidade irão maximizar os valores psicologicamente se eles forem capazes de utilizar os princípios das regras de edição (HE et al. 2014). Por exemplo, em um caso em que existe um ganho de R\$1.000,00 e uma perda de -R\$1.100,00, é mais confortável pensar na soma total e avaliar apenas o resultado final. Assim, a perda percebida será de -R\$100,00, em vez de -R\$1.100,00. Os resultados mostram que pessoas com maior bem-estar subjetivo são mais capazes de usar esse tipo de edição, o que as capacita a interpretar suas experiências de forma mais saudável de uma perspectiva psicológica (HE et al. 2014).

Ou seja, a felicidade está associada a diversos comportamentos positivos tanto para o indivíduo quanto para as pessoas ao seu redor. Estar em um estado de bem-estar subjetivo de longo prazo é uma maneira de influenciar a direção para a qual sua cognição se orienta.

4.2 CRIAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL POR MEIO DA RELIGIÃO

A comunidade que se cria a partir das práticas religiosas também se mostrou capaz de gerar relações econômicas próprias, relacionadas ao empreendedorismo e às redes de informação (SERAFIM; ANDION, 2010). Os membros de um grupo, por estarem alinhados em objetivos e vontades, por vezes irão se organizar de forma a gerar capital social. O capital social, pela abordagem de Coleman (1988), é um recurso facilitador que está à disposição dos agentes, para que se alcance um determinado objetivo. Este recurso surge a partir das relações interpessoais, e funciona na formação de valores que podem fortalecer o tecido social, o que facilita o desenvolvimento de uma sociedade na direção do objetivo desejado (COLEMAN, 1988).

Para Serafim e Andion (2010), a prática religiosa aciona importantes recursos que geram capital social, o que incentiva o empreendedorismo em comunidades devotas a uma religião. Existem obrigações e expectativas que devem ser cumpridas, justamente pela presença do elemento comunitário, que são recompensadas socialmente por seus membros. Quanto maior a confiabilidade no ambiente social, mais negócios podem ser feitos sem a desconfiança que existe nas relações entre grupos não associados entre si (SERAFIM; ANDION, 2010). Gera-se, assim, uma vantagem em se negociar com seus conhecidos, sabendo que há um sistema de proteção contra riscos morais. Existem sanções que culminam em ostracismo ou exclusão de certos benefícios e suportes sociais que podem ser aplicadas a pessoas de uma comunidade religiosa que desviam do comportamento esperado. Tais penalidades irão gerar emoções negativas e menor senso de pertencimento, o que irá reduzir o bem-estar subjetivo do indivíduo, portanto, são efetivas em incentivar a obediência às normas impostas (STAVROVA et al. 2013). Há, também, canais de informações que são formados para fins religiosos e que podem ser usados pelos empreendedores de uma comunidade para se aproveitar de uma rede de conexões já existente e estabelecida (SERAFIM; ANDION, 2010). A estrutura social é apropriada, e seus recursos organizacionais facilitam as atividades econômicas dentro dessa comunidade.

Algumas das variáveis que elevam o nível de felicidade no levantamento realizado pelo World Happiness Report (2023) são a generosidade e o suporte social, que serão ampliadas em situações em que os citados recursos

organizacionais são bem aproveitados. Para Smidt (2003), a generosidade em forma de caridade está muito presente na religião, com doações voltadas para instituições religiosas e doações de pessoas religiosas para outros tipos de caridade. A doação de recursos, principalmente àqueles em situação de vulnerabilidade, é relevante para a mobilidade social em contextos de pobreza e ausência de auxílios governamentais, como Serafim e Andion (2010) explicam. Nas comunidades religiosas é comum o alcance aos menos favorecidos, fazendo o uso do suporte emocional e espiritual para redirecionar comportamentos desviantes das normas sociais esperadas. No cristianismo, o castigo aos maus e recompensa aos bons é sinônimo de justiça, e é algo que deve ser praticado pelos fieis (FORNASARI; PIO X, 2024).

Em muitas congregações, é exigido que haja um esforço coletivo por parte dos integrantes, desta forma podem ser mantidos os benefícios oferecidos aos seus membros por meio de trabalho voluntário, o que permite um alcance maior com menor dispêndio de recursos (LEHMANN, 2007). Sendo assim, contribuir para o quadro social se torna um pré-requisito para poder usufruir dos auxílios prestados pela instituição. Para as comunidades religiosas que agem dessa forma, a participação ativa dos indivíduos leva a religião a crescer mesmo em circunstâncias desfavoráveis, o que seria desafiador para qualquer outro tipo de instituição (LEHMANN, 2007). Conforme mais membros de uma sociedade engajam em atividades de assistencialismo ou de caridade, o comportamento dos demais será influenciado, pois está sendo criada uma norma social. As normas sociais que surgem em grupos ou sociedades podem ser implícitas ou explícitas e ditam a forma com que as pessoas irão se comportar, justamente por serem sustentadas por sanções ou recompensas.

4.3 RELIGIÃO COMO NORMA SOCIAL E O PROBLEMA DA INTOLERÂNCIA

Algumas práticas que podem resultar do comportamento religioso se tornam uma norma social, ditando um estilo de vida que é considerado desejável e algo a ser buscado (STAVROVA et al. 2013). O estudo realizado por Stavrova, Fetchenhauer e Schlösser (2013) utiliza informações do World Values Survey e European Values Survey, que são programas de pesquisa sobre valores humanos. Os dados utilizados foram coletados entre 2005 e 2009, e a amostra final consistiu

em 101.682 participantes de 64 países. Para avaliar se a norma social em relação à religião em um país afeta o nível de felicidade e da satisfação com a vida de indivíduos religiosos e não religiosos, o estudo utilizou as seguintes métricas. As variáveis dependentes incluem felicidade geral e satisfação com a vida, a felicidade foi medida por uma pergunta que pedia aos participantes que classificassem seu nível de felicidade; e a satisfação com a vida foi medida por uma escala de 0 a 10, sendo que 10 é o maior nível de satisfação.

As variáveis independentes são compostas por perguntas relacionadas à religiosidade e à norma social (STAVROVA et al. 2013). Os questionamentos para avaliar a religiosidade subjetiva incluíram frequência de comparecimento à igreja, classificação individual como religioso ou não religioso, importância de Deus e a importância da religião na vida do entrevistado. Para avaliar o nível de normatividade social da religião, a religiosidade subjetiva foi computada juntamente com o grau em que a religiosidade é socialmente desejável e o grau em que aqueles que não são religiosos são socialmente evitados ou punidos. Para tal, foi analisado o percentual de pessoas que avaliaram a fé como algo importante para ser ensinado às crianças e o percentual de pessoas que acreditam que políticos não religiosos não são qualificados para o cargo.

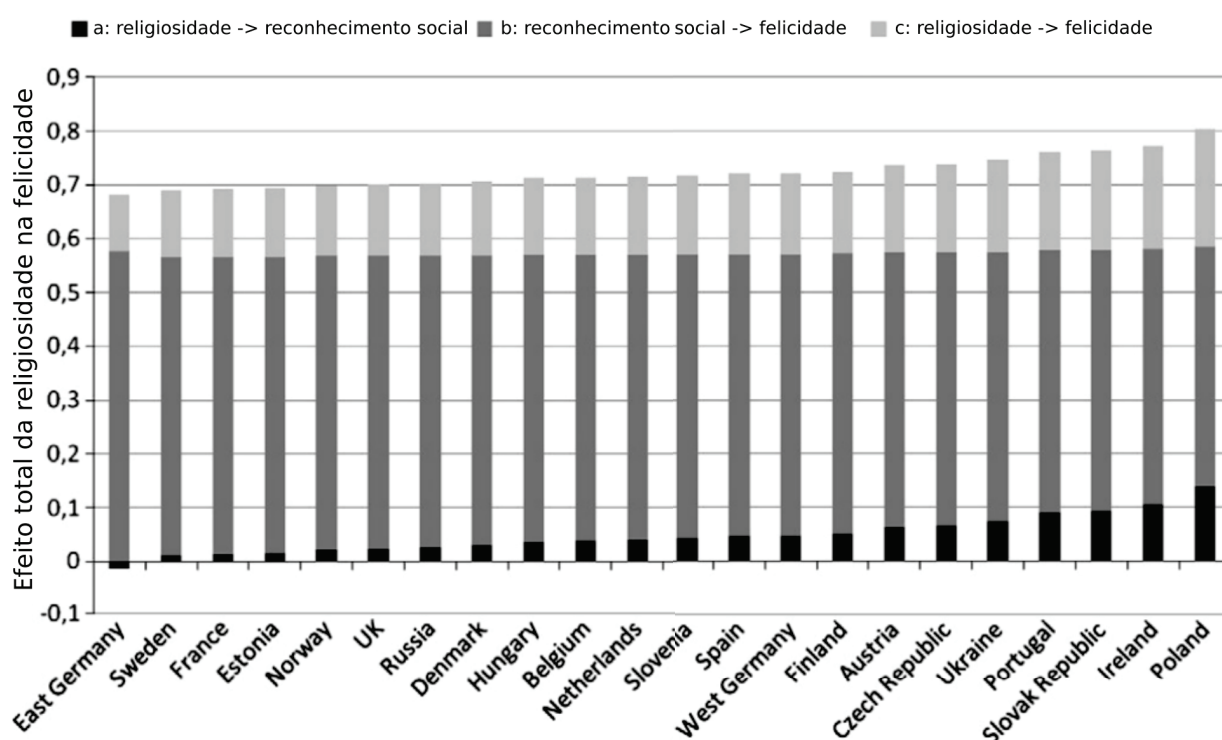
Os resultados encontrados indicam que ser religioso é um bom preditor de felicidade e de satisfação com a vida, mas a relação é quase 4 vezes mais forte em países em que a religiosidade representa uma norma social (STAVROVA et al. 2013). O estudo considerou que a influência da religião na felicidade é fraca quando a religião não é uma norma social, o que aponta para a existência de um componente social mediando o efeito da religiosidade no bem-estar subjetivo.

Além do efeito direto da religião no bem-estar, pode existir também um efeito indireto, intermediado pelo reconhecimento social que os indivíduos recebem da sociedade ao seu redor. O estudo revelou que o efeito indireto da religiosidade na felicidade (por meio do reconhecimento social) é mais forte em países com alta religiosidade, e menor ou negativo em países menos religiosos, como na antiga Alemanha Oriental (GRÁFICO 7). Ou seja, ser religioso em um país em que é norma ser religioso, irá elevar a felicidade e a satisfação com a vida do indivíduo para além do efeito da religião em si. O fato de ser reconhecido como alguém em conformidade com a norma social gera um efeito positivo ainda maior na felicidade. Os indivíduos

religiosos são mais respeitados socialmente e, portanto, alcançam maior bem-estar subjetivo (STAVROVA et al. 2013).

Contudo, em um país em que as pessoas em geral não são religiosas, participar de uma religião pode gerar sanções sociais, de forma que a ausência de reconhecimento social irá reduzir o bem-estar subjetivo. Isso pode reduzir o efeito direto (religiosidade sobre a felicidade), bem como o indireto (religiosidade sobre a felicidade, por meio do reconhecimento social) (STAVROVA et al. 2013).

GRÁFICO 7 - EFEITO DIRETO E INDIRETO DA RELIGIOSIDADE NA FELICIDADE



FONTE: Adaptado de Stavrova et al. (2013)

A homogeneidade da religião em um país pode ser um precedente para que a intolerância religiosa se aflore, segundo Yusuf e seus colegas (2019). Em um estudo realizado na Indonésia, os pesquisadores encontraram aspectos nas comunidades religiosas que influenciam seu grau de intolerância religiosa. Um fator importante a se considerar é o contato social: conforme os grupos interagem e há mobilidade social e geográfica, a intolerância se reduz (YUSUF et al. 2019). É importante atentar para essa problemática, pois, conforme foi visto, a reprovação social (desta vez por fazer parte de um grupo diferente) é capaz de reduzir o bem-estar individual e afetar o impacto que a religião terá no nível de felicidade.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar como a felicidade pode afetar alguns aspectos do comportamento econômico, dando enfoque ao papel da religião nessa relação. Para fazer esta análise, foi considerada a base moral judaico-cristã, por conta de sua grande influência no mundo e, principalmente, no ocidente. De forma simplificada, considerou-se que existem preceitos comuns às maiores religiões do mundo que advém dos costumes monoteístas judaico-cristãos.

Foi possível notar que pessoas com maiores níveis de felicidade e satisfação pessoal de fato tendem a agir de forma mais altruísta, têm maior confiabilidade, possuem menores níveis de mortalidade e menor risco de contrair algumas doenças. Além disso, o maior bem-estar subjetivo está associado a uma forma mais positiva de encarar a vida e lidar com perdas e ganhos financeiros, como foi evidenciado por meio da teoria do foco regulatório, da definição do ponto de referência e das regras de edição. Existem consequências econômicas e sociais para todas essas características, que são muito relevantes e devem ser consideradas.

A religião foi vista como um mediador nessa relação, pois acredita-se que ela pode elevar os níveis de felicidade individual, levando mais pessoas a se beneficiar dos resultados observados. A religiosidade promove a felicidade por meio de práticas individuais que estimulam o bem-estar, como rezar e meditar, e por meio da criação de redes de suporte social, em que a pessoa recebe e fornece apoio social a sua comunidade. Um aspecto salientado é que a religião pode ou não fazer parte da norma social e isso tem reflexos em seus efeitos na felicidade. No caso de não fazer parte, uma pessoa religiosa pode observar quedas na sua satisfação com a vida, devido aos desincentivos sociais. Mas quando a religião é uma norma social e é vista como virtude, os religiosos recebem reconhecimento das pessoas ao seu redor, o que eleva seus níveis de felicidade. A questão da normatividade social levanta questionamentos, pois pode causar segregação e intolerância quando um grupo considera suas condutas como benéficas e as de grupos alheios como indesejáveis.

A ideia central de que o incentivo à religiosidade e à espiritualidade podem trazer benefícios para a sociedade foi sustentada pelos achados mencionados acima. É interessante que seja considerada a influência da religião na saúde mental

e no bem-estar da população, para promover sociedades mais sustentáveis. Apoiar instituições que levam esses preceitos adiante e incentivar jovens a se espiritualizar é uma forma de fomentar um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o bem-estar coletivo. A espiritualidade pode atuar como uma ferramenta para fortalecer valores como solidariedade e responsabilidade, que têm impacto direto em comportamentos econômicos mais desejáveis. Assim, investir em ações que integrem espiritualidade e práticas sociais pode contribuir para a construção de uma sociedade mais feliz.

A partir dessas conclusões, pode-se continuar o estudo do tópico explorando a diversidade religiosa, para avaliar como diferentes religiões e suas tradições afetam a sociedade. Deve-se considerar formas de minimizar a intolerância religiosa entre diferentes grupos da sociedade, para evitar conflitos e reduções no bem-estar geral. Além disso, também é necessário avaliar o impacto de políticas públicas de incentivo às práticas religiosas na felicidade e no desenvolvimento da economia. Entender como o comportamento pode ser influenciado pela religiosidade e pelo nível de felicidade é essencial para construir uma sociedade mais humana e saudável.

Uma das problemáticas a serem enfrentadas é a dificuldade de difundir as análises heterodoxas da economia comportamental em uma sociedade em que a ortodoxia é amplamente aceita. Deve-se pensar em maneiras de pulverizar a análise comportamental, de forma a normalizar essa abordagem e disseminar as teorias que dela emergem. Assim, as ideias propostas neste e em tantos outros trabalhos podem ser melhor recepcionadas pelo público.

REFERÊNCIAS

AKNIN, Lara B. et al. Does social connection turn good deeds into good feelings?: On the value of putting the 'social' in prosocial spending. **International Journal of Happiness and Development**, v. 1, n. 2, p. 155-171, 2013.

BÍBLIA SAGRADA ONLINE. **Antigo Testamento**. 2009-2024. Disponível em: <https://www.bibliaon.com/antigo_testamento/>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

BUSINESS INSIDER. **This is why our phones are making us miserable: happiness isn't the same thing as pleasure, and our brain knows it**. 2018. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/why-our-phones-are-making-us-miserable-pleasure-isnt-happiness-2018-3#:~:text=The%20brain%20chemical%20dopamine%2C%20associated,lot%20of%20reward%20and%20pleasure>>. Acesso em 15 de novembro de 2024.

COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. **The American Journal of Sociology**, v.94, p.S95- S120, 1988.

CNBB. **Cronologia da Campanha da Fraternidade**. 2023. Disponível em: <<https://campanhas.cnbb.org.br/cronologia>>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

DE SOUZA, José Dalmo Silva et al. Mais natural que um pedaço de luz: Embora tão estranho quanto. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 25555-25567, 2020.

DIENER, Ed et al. Subjective well-being: Three decades of progress. **Psychological bulletin**, v. 125, n. 2, p. 276, 1999.

EASTERLIN, Richard A.; O'CONNOR, Kelsey J. The easterlin paradox. In: **Handbook of labor, human resources and population economics**. Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 1-25.

FORNASARI, Eugênio; PIO X, São. **Catecismo de São Pio X ilustrado e comentado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Centro Dom Bosco, 2024.

FRANK, Robert H. **Microeconomia e comportamento**. Bookman Editora, 2013. pg 64 - 71.

HE, Fei et al. Some individual differences influencing the propensity to happiness: Insights from behavioral economics. **Social Indicators Research**, v. 119, p. 897-908, 2014.

HELLIWELL, John F.; LAYARD, Richard; SACHS, Jeffrey D. The happiness agenda: The next 10 years. **World Happiness Report**, v. 2023, p. 15, 2023.

HUDSON, John. Institutional trust and subjective well-being across the EU. **Kyklos**, v. 59, n. 1, p. 43-62, 2006.

INDEX MUNDI. **GDP - per capita (PPP) - World**. 2020. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/map/?t=0&v=67&r=xx&l=en>> . Acesso em 29 de setembro de 2024.

KONOW, James; EARLEY, Joseph. The hedonistic paradox: Is homo economicus happier?. **Journal of public Economics**, v. 92, n. 1-2, p. 1-33, 2008.

LANE, Tom. How does happiness relate to economic behaviour? A review of the literature. **Journal of behavioral and experimental economics**, v. 68, p. 62-78, 2017.

LEHMANN, David. A milagrosa economia da religião: um ensaio sobre capital social. **Horizontes Antropológicos**, v. 13, p. 69-98, 2007.

MARSHALL, Alfred. **Principles of economics: unabridged eighth edition**. Cosimo, Inc., 2009.

MASON, Karen et al. Suicide Risks and Protections in Religious Communities: Two Exploratory Studies. **Religions**, v. 15, n. 9, p. 1118, 2024.

MENGER, CARL. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Série Os Economistas.

MULLAINATHAN, Sendhil; THALER, Richard H. **Behavioral economics**. 2000.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

RIBEIRO, Sandra. The Economics of Happiness: an approach to portuguese economy. **Economics & Sociology**, v. 12, p. 183-198, 2019.

SERAFIM, Mauricio C.; ANDION, Carolina. Capital espiritual e as relações econômicas: empreendedorismo em organizações religiosas. **Cadernos Ebape. br**, v. 8, p. 564-579, 2010.

SMIDT, Corwin. **Religion as Social Capital: Producing the Common Good**. Baylor University Press, 2003.

SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA ALBERT EINSTEIN. **Serotonina: a substância que torna sua vida mais positiva**. 2023. Disponível em: <<https://vidasaudavel.einstein.br/serotonina-a-substancia-que-torna-sua-vida-mais-positiva/>> . Acesso em 10 de novembro de 2024.

STAVROVA, Olga; FETCHENHAUER, Detlef; SCHLÖSSER, Thomas. Why are religious people happy? The effect of the social norm of religiosity across countries. **Social science research**, v. 42, n. 1, p. 90-105, 2013.

STEINGRABER, Ronivaldo; FERNANDEZ, Ramon Garcia. A racionalidade limitada de Herbert Simon na Microeconomia. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2013.

STORNIOLO, Ivo; BALANCIN, Euclides M. **Didaqué**: O catecismo dos primeiros cristãos para as comunidades de hoje. São Paulo: Paulus, 1989.

VISUAL CAPITALIST. **Mapped: Major Religions of the World**. 2023. Disponível em: <<https://www.visualcapitalist.com/mapped-major-religions-of-the-world/>>. Acesso em 9 de novembro de 2024.

WORLD POPULATION REVIEW. **Suicide Rate by Country**. 2024. Disponível em: <<https://worldpopulationreview.com/country-rankings/suicide-rate-by-country>>. Acesso em 29 de setembro de 2024.

YOUNG, Simon N. How to increase serotonin in the human brain without drugs. **Journal of psychiatry & neuroscience: JPN**, v. 32, n. 6, p. 394, 2007.

YUSUF, Arief Anshory; SHIDIQ, Akhmad Rizal; HARIYADI, Hariyadi. On socio-economic predictors of religious intolerance: Evidence from a large-scale longitudinal survey in the largest Muslim democracy. **Religions**, v. 11, n. 1, p. 21, 2019.